

REAÇÕES À VIOLÊNCIA – NOTAS DE PESQUISA

Leilah Landim*

O objetivo deste artigo é, primeiramente, compartilhar com o leitor algumas das indagações contidas em uma pesquisa em andamento que tem a sociedade civil, o associativismo e a violência criminal urbana como temas privilegiados. Mais precisamente, seu foco recai sobre as organizações e mobilizações sociais contemporâneas referentes à questão da violência nas grandes cidades e periferias.¹ Embora o estudo privilegie dinâmicas que se dão no plano da sociedade, as relações com o poder público, por meio sobretudo das políticas de segurança, são necessariamente relevantes e constitutivas da análise. O trabalho é de cunho etnográfico e seu campo empírico localiza-se no município do Rio de Janeiro e na região da Baixada Fluminense.

Há um segundo objetivo, no entanto, que compõe a parte final destas notas e constitui-se na justificativa imediata do texto: a tentativa de resposta a uma provocação feita pela editoria desta publicação, a qual propôs questões que ainda não haviam sido formuladas. Trata-se de “garimpar” entre os dados da pesquisa – que foram construídos a partir de outras perguntas – elementos ou pistas que contribuam para pensar a relação entre oportunidades de geração de renda e trabalho e enfrentamento da violência urbana. Considere-se, portanto, o caráter ainda incipiente e fragmentado destes comentários.

A incorporação de questões concernentes à violência e à segurança na agenda pública é fenômeno relativamente recente, relacionado ao crescimento e às transformações nas dinâmicas da criminalidade urbana nas duas últimas décadas. É apenas a partir do final dos anos 1980 que se assiste, pouco a pouco, à construção de novas modalidades de políticas, práticas e mobilizações sociais relacionadas à violência e à segurança, assim como ao crescimento de um debate mais vigoroso no espaço público sobre o tema. Intervenções qualificadas passam a ser formuladas a partir de lugares sociais e políticos mais amplos e diversificados, desde instâncias governamentais – incluindo instituições policiais sob seu comando – até especialistas da área acadêmica, passando por organizações da sociedade civil, redes de mobilizações sociais e segmentos empresariais. Constroem-se nestes 20 anos novas representações sobre a *violência urbana* e seu combate, as quais, diferenciadas ou contraditórias, ocupam lugar de peso na vida cotidiana dos habitantes das grandes cidades.²

Conforme se tem estudado, no âmbito do poder público, a União, por meio fundamentalmente da criação e consolidação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP),

* Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

1. *Violência, segurança pública e sociedade civil organizada na Baixada Fluminense*, projeto desenvolvido por meio de colaboração entre o Iser e o Ipea, dentro do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes).

2. Quanto à representação polissêmica da *violência urbana* como categoria que articula hoje o conflito social e as propostas de segurança pública, vejam-se textos de Luiz Antonio Machado da Silva (por exemplo, Silva, 2009).

passou a interferir nos debates, criou espaços de formulação e passou a desenhar estratégias de intervenção, por intermédio de programas criados principalmente nos últimos dez anos. Também já é extensa a literatura que mostra o desenvolvimento, vagaroso e relutante, de novas instâncias, práticas e concepções de políticas de segurança também no âmbito estadual e local. Multiplicam-se experiências de gestão municipal nas quais se ressaltam dois aspectos: orientação das políticas de segurança segundo uma perspectiva de prevenção; e articulação da sociedade e do poder público na sua gestão. A segurança pública abrange, cada vez mais, a adoção de modelos e práticas multissetoriais, e a construção de novas relações com comunidades locais. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) é exemplar, nesse sentido.³ Tem-se, portanto, criado um ambiente institucional propício – também na área da segurança – a parcerias entre poder público e projetos locais que visem à inclusão e ao fortalecimento de laços de solidariedade social.

Tomando-se o plano da sociedade civil, existe menor acúmulo de estudos sobre as iniciativas e organizações relacionadas à violência urbana que, concomitantes aos processos de formulação de novas políticas, surgem no espaço público nesse período. São atores que criam (ou não) interlocuções com estas políticas, e merecem ser mais conhecidos em sua concretude, para além de concepções muito genéricas e ideais sobre uma “sociedade civil” presente em espaços participativos. Do ponto de vista deste trabalho, que privilegia a ação coletiva, são, certamente, atores cujas características particulares tendem a marcar de alguma forma o terreno dos movimentos sociais contemporâneos, compartilhando dos dilemas e impasses nos rumos atuais da participação e do associativismo. Uma das hipóteses desta pesquisa é que a *violência* vem-se constituindo, hoje, como um eixo estruturante de ações sociais e coletivas, podendo tornar-se tema perene de articulação política na sociedade organizada brasileira.

Valem observações esquemáticas sobre o campo empírico a partir do qual se constrói a pesquisa e se dialoga com as questões apontadas. Trata-se do acompanhamento de mobilizações sociais surgidas como reação a uma “chacina” de grande dimensão, ocorrida em dois municípios da Baixada Fluminense, em 2005.⁴ Estas mobilizações, como outras desta natureza, mantiveram-se em ebulição por certo tempo (no caso, dois a três anos), até se dispersarem aos poucos e por fim cessarem. Suas dinâmicas, limites e possíveis consequências são objeto do estudo etnográfico, e não cabe desenvolvê-las neste artigo.

Resumidamente, esse acontecimento dramático provocou de imediato, de forma inédita na região, um movimento que colocou em interação enorme diversidade de associações, organizações não governamentais (ONGs), igrejas, personalidades acadêmicas e políticas, e representantes do poder público. Ativou relações originais entre atores do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, e marcou de alguma forma as representações e dinâmicas historicamente construídas entre um “centro” e uma “periferia”, nas quais se forja para esta uma identidade estigmatizada como região violenta e fornecedora de mão de obra pouco qualificada para a metrópole. Conferiu-se visibilidade a uma pouco conhecida *sociedade civil* na região da Baixada e foram trazidos para a cena pública antigos e novos atores locais, criando-se também espaços organizacionais – sendo o mais cristalizado o Fórum Reage Baixada contra a Violência – cujos formatos, agentes convocadores, discursos e dinâmicas constituem-se em objeto de análise. Finalmente, os caminhos empíricos da pesquisa, que

3. Veja-se Sento-Sé (2005) para análises de experiências municipais no início dos anos 2000.

4. Na noite de 31 de março de 2005, um grupo de policiais militares do 20º Batalhão matou 29 pessoas aleatoriamente, atirando a esmo pelas ruas, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A “chacina” relacionou-se a disputas internas na corporação, como tentativa de desestabilização social.

mostraram a formação de mobilizações em rede, conduziram a organizações que, presentes naquele momento na Baixada, têm sua sede e incidência maior de atuação na cidade do Rio de Janeiro. Alguns destes casos foram escolhidos para ampliação do estudo.

Acompanhando-se o mencionado fórum contra a violência, por exemplo, cadastraram-se a partir das listas de presença mais de 200 organizações da Baixada Fluminense, as quais passaram por suas reuniões entre abril de 2005 e dezembro de 2006. São ONGs identitárias e de defesa de direitos – destacando-se, em instâncias de convocação, lideranças do movimento homossexual e organizações de juventude, dada a questão da violência; igrejas e cultos religiosos, com o enorme peso do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Igreja Católica, mas também com presença significativa de evangélicos; associações de cunho comunitário ou territorial, como as de moradores; sindicatos; entidades de assistência social; além das mães e outros familiares de vítimas que se vêm transformando em sujeitos, trazendo discursos e repertórios particulares a estas mobilizações. Contou-se também com a presença de 16 organizações governamentais. Ressalte-se o esforço realizado, sobretudo no início, para interlocuções com o poder público. Foi intensa a ideia da centralidade da responsabilidade do Estado nestes processos, sujeita a diversas interpretações. Idas de comissões a Brasília, convocações de audiências públicas, contatos com diferentes autoridades estaduais: não foram poucas as tentativas de interlocução, umas mais, outras (talvez a maioria) menos bem-sucedidas.

Considerando-se, então, os fenômenos que se dão no plano das organizações da sociedade civil, observaram-se dois processos. Primeiramente, instâncias já estabelecidas de organização e articulação em torno de outras temáticas introduziram a questão da violência urbana e da segurança pública, direta ou indiretamente, em seu repertório de problemas. Nestes casos, é perceptível a influência sofrida por organizações ligadas à defesa dos direitos, como as de direitos humanos, de crianças e adolescentes, da mulher, de homossexuais e de outras organizações relacionadas ao campo popular que se originaram nos últimos 30 ou 40 anos. Em geral batizadas como ONGs, estas organizações só mais recentemente começaram a incorporar questões relacionadas à criminalidade urbana e à segurança pública em suas agendas. Da mesma forma, organizações mais tradicionais, como as associações de moradores ou os sindicatos, ou ainda as entidades assistenciais e filantrópicas, passaram tanto a desenvolver novos projetos e ações no âmbito do debate sobre a violência quanto a ressemantizar velhas iniciativas, problematizando-as agora no quadro de sua prevenção e combate.⁵

Além dessa tendência, porém, pode-se perceber o surgimento de novos grupos, com novas características. São organizações, espaços e redes de ação que têm na temática da violência urbana justificativa relevante para sua criação, ou seu eixo estruturante. Trata-se de organizações associativas cujas motivações de origem, agentes e trajetórias diferem das encontradas no universo já estabelecido e mais institucionalizado. Entre elas, encontraram-se grupos de apoio a vítimas da violência, associações de mães e familiares de vítimas, grupos culturais de jovens de periferia, grupos focados na disseminação de uma *cultura da paz*, entidades que oferecem cursos profissionalizantes ou pré-vestibulares para segmentos negros e de origem popular, entre outras agremiações a serem detectadas, em terreno de ainda ambíguas classificações.

Fora algumas organizações novas e relevantes de defesa de direitos humanos ou de pesquisa sobre violência e segurança pública, compostas por profissionais de classe média (como advogados, psicólogos ou cientistas sociais), os grupos mencionados são diversificados

5. Inspiração para esse enfoque é o trabalho de Leite Lopes (2004) sobre a análoga "ambientalização dos conflitos sociais"; no caso, a entrada de questões relativas ao meio ambiente em dinâmicas de mobilização.

e localizados. Composto um mundo de iniciativas e esforços de pouca visibilidade, eles estão espalhados frequentemente por áreas periféricas, como bairros em cidades da Baixada Fluminense (a “periferia da periferia”) ou favelas cariocas. Relacionam-se de alguma forma a desafios colocados pela violência criminal, e passam a pontuar os “territórios da pobreza”, nos quais redes de armas e narcotráfico instalam-se mais facilmente, embora não exclusivamente. São fenômenos que se constroem em ambiente adverso para a politização, perpassados pela fragmentação e pela fragilidade. Seus atores utilizam formatos que variam de projetos sociais a associações representativas, de ação caritativa a ativismo. Constituem ora movimento de protesto, ora prestação de serviços ou manifestação cultural, e às vezes assumem várias destas feições ao mesmo tempo. Organizam-se em redes – ou teias –, mas ainda apresentam baixa capacidade de articulação para além do nível local, e frágeis canais de interlocução com o poder público. Em eventos ou mobilizações nos quais têm peso organizações relacionadas a reações à violência, pode-se observar um “rejuvenescimento” e um “enegrecimento” dos participantes, características certamente relacionadas aos segmentos da população mais afetados pelo problema, como indicam conhecidos dados estatísticos.

Ao acompanharem-se de perto as situações de mobilização na Baixada Fluminense, observa-se o quanto a precariedade de renda e recursos materiais de existência perpassa não somente a vida, mas a fala dos ativistas neste contexto, e interfere diretamente na ação coletiva. A presença rarefeita das pessoas em encontros e manifestações é frequentemente justificada, de forma pública, pela falta de dinheiro para a passagem ou para “o lanche”, ou por motivos semelhantes. O trabalho de campo colocou a pesquisa imersa, de forma intensa, nesta precariedade cotidiana, vivida claramente pelos familiares de vítimas, os participantes menos inseridos previamente em redes organizacionais.⁶ São situações que demandam o tempo todo “ajudas”, nas quais se faz sentir a relevância – no caso, devido à ausência – de organizações mediadoras ou de práticas de apoio do poder público. Sente-se na experiência do dia a dia a tematização da relação entre precariedade de vida e baixa participação associativa.

Considerando-se esse contexto, no qual ressalta, portanto, a baixa capacidade de pressão política dos segmentos afetados pela violência urbana, deve-se buscar as consequências e os sentidos possíveis destas mobilizações instáveis.

Entre essas consequências, pode-se sugerir que movimentos como os estudados são momentos, mesmo que provisórios, não apenas de criação de novas interações, mas também de enunciação e disseminação de concepções que farão parte do repertório público sobre violência urbana e segurança pública: apoio às vítimas, no âmbito da compaixão; cobranças de punição dos culpados; propostas de transformações na polícia; debates sobre desenhos de segurança pública; ênfase em projetos de defesa de direitos; ênfase em ações sociais na prevenção da violência; disseminação de denúncias; reivindicações imediatas de indenizações por parte do Estado;⁷ entre outras. Geram-se, no plano da subjetividade – tão relevante neste caso – possibilidades inusitadas de administrar as relações emocionais, como o medo, a desconfiança e a insegurança.

6. Por exemplo, tornou-se problema de discussão a falta crônica de recursos dos familiares de vítimas da chacina para se manterem mobilizados junto ao fórum de Nova Iguaçu, acompanhando os julgamentos dos policiais acusados; a ausência de recursos para elaborar sequer uma faixa ou panfleto; ou a falta de dinheiro para a passagem em deslocamentos exigidos por mobilizações (principalmente quando se tratava de ir ao município do Rio de Janeiro).

7. Observe-se que todos os policiais indiciados foram, no decorrer de quatro anos, julgados e condenados, assim como foi obtido o direito de indenizações aos familiares das vítimas letais.

Nessa polifonia, predominam os discursos da chamada sociedade organizada, entre os quais são emblemáticos os de organizações que convocam e organizam o movimento, como algumas ONGs de defesa de direitos, as antigas federações de associações de moradores e o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. Causas denominadas estruturais têm então relevância, compreendendo-se a “violência como resultado conjunto da impunidade e do abandono socioeconômico” (*Jornal do CDH*, abril de 2005), em uma perspectiva de busca de justiça e segurança pública, para “assegurar os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais”, nas palavras de documento oficial produzido pelo fórum em maio de 2005. Os debates sobre desigualdade e pobreza – nos quais se situa a questão do desemprego ou da precariedade de trabalho e renda – têm lugar nestas situações, embora de forma genérica e cautelosa, devido às controvérsias que envolvem relações de causa e efeito, quando está em pauta a propensão à violência.

Visto isso, é razoável supor que se esteja construindo um ambiente favorável ao surgimento de novas justificativas para projetos que impliquem a geração de renda e a profissionalização, sob uma forma que fuja do caráter meramente assistencial e que igualmente possa vir a provocar interlocuções com o poder público. Desenvolve-se um campo propício para a invenção e execução de ações – sobretudo no plano local – que relacionem o enfrentamento de processos de violência criminal com a geração de trabalho e renda. As novas políticas de segurança que estão surgindo, nesse sentido, tanto legitimam estas iniciativas quanto encontram um terreno, ao que tudo indica, mais fértil para diálogos com a sociedade.

Como foi dito, não se buscou diretamente, no campo empírico pesquisado, enxergar onde estão e como funcionam iniciativas que visam gerar profissionalização ou renda. Valem alguns comentários sobre experiências mais visíveis que cruzaram os caminhos do movimento social, trazidas pelo que se chama neste estudo de novos grupos relacionados de alguma forma à questão do enfrentamento da violência: “mães” e “jovens”.

Observam-se tentativas de criação de cooperativas, ou ONGs, com o objetivo de geração de renda para mães de vítimas da violência, por meio de atividades artesanais. O contato direto com uma delas – e indireto com outras – revela que seu sentido é juntar necessidades de suprir a carência material a outros significados, tais como: dar apoio psicológico, mediante terapias, a suas participantes; desenvolver valores e práticas de cooperação; proporcionar formas de grupalização; e facilitar, indiretamente, a manutenção destas mulheres no ativismo público. Pode haver consequências positivas quanto ao fortalecimento do associativismo que se desenvolve e espalha pelo país, através de redes, relacionado ao novo sujeito coletivo formado pelos familiares dos atingidos por mortes violentas (como declarou um deles, mais de 90% são vítimas de policiais militares). Pelo que se observou na experiência de uma ONG de mães visitada – e de outros dados recolhidos –, o sucesso econômico destas iniciativas é um desafio e, em que pesem as motivações existentes, depende de intervenções especificamente qualificadas, dadas as trajetórias e a situação das mulheres que nelas se envolvem.

Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes, experiências já conhecidas e disseminadas, frequentaram os espaços de mobilizações na Baixada Fluminense. Tematizando crescentemente a questão da violência, seus agentes trouxeram, por meio de depoimentos, também no contexto de favelas no Rio de Janeiro, uma questão que permeia projetos profissionalizantes, relacionada às suas motivações: os jovens se interessam menos por cursos profissionalizantes para atividades subalternas e de futuro incerto. Por sua vez, os cursos pré-vestibulares são considerados porta para uma inclusão desejada.

Finalmente, a presença no movimento de grupos de jovens relacionados à produção cultural foi constante e visível, mesmo que intermitente. A trágica frequência com que jovens são assassinados na região da Baixada Fluminense (inclusive por policiais e milicianos) fez com que os espaços do Reage Baixada, enquanto existiram, fossem palco de denúncias, mobilizações e busca de apoio e mediação por parte dos grupos que relacionam arte e política, como alguns do hip-hop, teatro, cinema etc. De modo bem mais frágil que no município do Rio de Janeiro, eles estão também espalhados pela Baixada Fluminense e parecem mobilizar de modo particular corações e mentes de segmentos da juventude.

Esse tipo de manifestação – grupos informais, organizações, projetos – já é mais que conhecido e tematizado, enquanto fenômeno das periferias, ressaltando-se suas possibilidades particulares de sedução dos jovens, na concorrência não apenas material, mas sobretudo simbólica, com o mundo do tráfico e seus possíveis atrativos.⁸ Conforme vem sendo apontado por alguns estudiosos, uma das características originais destas iniciativas é o seu caráter “com fins lucrativos”. Como dizem Silvia Ramos e Julita Lemgruber (2004), por um lado usam-se estratégias de sedução antenadas com o espírito de interesses contemporâneos, como internet, arte, viagens, intercâmbios. Por outro lado, um forte componente destas atividades é o incentivo à geração de renda a curto prazo, buscando profissionalização, sucesso e colocação no mercado. Como ainda mencionam as autoras, quanto à questão da criminalidade, várias destas iniciativas equilibram-se “entre a denúncia da violência, do desrespeito e da corrupção policiais e a construção de uma trajetória de autonomia e independência com relação ao tráfico local” (RAMOS e LEMGRUBER, 2004, p. 52). Não faltam casos exemplares destas situações.

Finalmente, vale mencionar o campo novíssimo, ainda embrionário, que se abre para esses tipos de atividades, a partir das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Logo de início tem-se colocado um problema que, embora pontual, não deixa de ser relevante: a questão de como criar ocupação e renda para as pessoas que permanecem nas favelas e faziam parte da mão de obra das redes do tráfico. A maior abertura destes territórios ao mercado coloca certamente novos processos de geração de emprego nestas áreas. A ver e acompanhar.⁹

A urgência imposta pelos altos índices de criminalidade violenta e pela reconhecida precariedade que ainda caracteriza os mecanismos hoje disponíveis para se lidar com eles cria uma atmosfera peculiar, tanto no plano de políticas públicas quanto de iniciativas da sociedade civil. Experiências relacionadas à segurança pública não faltam e se multiplicam, criando ambiente institucional cada vez mais propício a interações de iniciativas entre sociedade e Estado. Há uma tendência razoavelmente clara de se reconhecer que a melhor forma de lidar com questões relativas à violência implica a articulação destas instâncias e entidades num esforço comum e coordenado, o que demanda mais avaliação e monitoramento das experiências que vêm sendo postas em prática.

8. A ideia de projetos que “disputam” jovens com o tráfico tem originado debates instigantes e relevantes, nos quais ficam na berlinda possíveis concepções de “criminalização dos pobres” envolvidas nestes processos. Para uma visão crítica, nessa direção, de projetos sociais em favelas vejam-se os recentes trabalhos de Luiz Antonio Machado da Silva, como Silva (2009).

9. São sintomáticas as manchetes de duas recentes reportagens no jornal *O Globo*: Das Fileiras do Tráfico à Fila do Emprego, de 23/01/2011, e Com Fins Lucrativos, sobre o sucesso do grupo Afroreggae, de 21/01/2011.

REFERÊNCIAS

LOPES, J. S. L. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

RAMOS, S.; LEMGRUBER, J. Criminalidade e respostas brasileiras à violência. *In: Observatório da Cidadania*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2004.

SENTO-SÉ, J. T. (Org.) **Prevenção da violência, o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, L. A. M. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. *In: BARREIRA, C. (Org.). Violência e conflitos sociais*. Campinas: Pontes, 2009.